

## **CASTILHO E A EMPRESA *REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE***

### **CASTILHO AND THE ENTERPRISE *REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE***

**Eduardo da Cruz**

Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Membro do grupo de pesquisa Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras do Rio de Janeiro  
E-mail: eduardodacruz@gmail.com

#### **RESUMO**

Pretende-se analisar o papel do poeta António Feliciano de Castilho (1800-1875) como redator da *Revista Universal Lisbonense* a partir de seus editoriais, das mudanças na publicação e da correspondência com alguns colaboradores. Apesar do apagamento de seu nome na história da literatura portuguesa, o valor dessa publicação no campo literário português do romantismo passou incólume, graças às ações que esse escritor desempenhou para firmar esse título como marco cultural.

**Palavras-chave:** António Feliciano de Castilho; imprensa periódica (século XIX); literatura portuguesa

#### **ABSTRACT**

It is intended to examine the role of the poet António Feliciano de Castilho (1800-1875) as writer of the *Revista Universal Lisbonense* from the reading of its editorials, the changes in the publication and the correspondence with some contributors. Despite the effacement of his name in the history of Portuguese literature, the value of this publication in the literary scene on Portuguese romanticism went unscathed, thanks to the actions that this writer has played to secure this title as a cultural milestone.

**Key-words:** António Feliciano de Castilho; periodical press (XIX century); Portuguese literature

Estas folhas da Revista, que hoje saem descosidas e com intervallos de septe dias, constituem a final volumes, que, diversos de muitos outros jornaes e livros, não hão-de ser aniquilados ou ficar esquecidos intactos no fundo das livrarias ou dos sótãos. (RUL<sup>1</sup>, IV, n.º 1, 25/07/1844, p.4).

António Feliciano de Castilho (1800-1875) teve seu nome obliterado na história da literatura portuguesa por um esforço da Geração de 70 que o alcunhou de "árcade-póstumo", chefe dos "corrilhos do elogio mútuo". Todavia, não é possível deixar de reconhecer sua importância no sistema literário da época, a ponto de Ida Alves, ao analisar as cartas desse poeta para Camilo Castelo Branco, afirmar que "mesmo que hoje seja considerado um escritor menor, não se pode simplesmente apagar sua existência 'verbal' nesse século tão rico de mudanças sociais, políticas, econômicas e históricas" (2014, p. 12). Além de poeta e educador, com extensa e insistente campanha pela educação primária e defesa de seu método de alfabetização, esse literato teve, desde a juventude, uma longa ligação com a imprensa, como colaborador, redator e proprietário de periódicos. Destaca-se, nessa biografia jornalística, a redação da *Revista Universal Lisbonense*, fundada por sua família e mantida por sua pena mesmo após a venda da empresa. Apesar do apagamento a que António Feliciano de Castilho foi submetido após a Questão Coimbrã, o mérito de sua revista passou incólume.

A leitura da *Revista Universal Lisbonense* possibilita a análise de aspectos diversos do movimento romântico português num importante período de sua história, complementando interdisciplinarmente o estudo dos textos literários ali presentes. Para isso, incentivou-nos as palavras de Fidelino de Figueiredo:

O estudo monographico de cada uma destas revistas, consideradas como individualidades litterarias com seu gosto, suas idéas, seu corpo redactorial, seu publico, seu grupo de amigos e de inimigos, evidenciaria verdadeiras gradações na historia do espirito nacional do seculo passado [XIX], desde o triumpho do constitucionalismo (1917, p. 245).

Apesar do triunfo do constitucionalismo, em 1834, o período de Castilho à frente da *Revista* foi um momento político conturbado no liberalismo português. Também foi preciso resolver problemas administrativos e técnicos decorrentes tanto de possíveis incapacidades administrativas dos irmãos Castilho, num primeiro momento, quanto do pequeno meio tipográfico. Além disso, o público de um periódico precisa ser conquistado a cada número, a cada volume, o que faz com que, além de preocupações próprias do redator, fosse necessário estar atento a outras demandas, políticas, culturais e de mercado, para que a *Revista Universal* prosperasse. Interessa-nos, portanto, neste artigo, acompanhar esse trabalho de redação em seu sentido amplo, dentro do que efetivamente realizou António Feliciano de Castilho.

Desse período, podemos destacar dois grandes periódicos: *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*. Ambos tiveram redatores de proeminência no campo cultural português. À frente do *Panorama* esteve, principalmente, Alexandre Herculano, ocupando o cargo de redator entre 1837 e 1839 e em 1843. Ao leme da outra, encontramos António Feliciano de

Castilho, que, apesar de colaborar com a *Revista* desde sua estreia, apenas assume a redação em janeiro de 1842, permanecendo no cargo até 19 de junho de 1845. É o tempo do primeiro governo de António Bernardo da Costa Cabral (de janeiro de 1842 a maio de 1846), centralizador e ditatorial, que perseguiu e fechou diversos órgãos de imprensa. Em meados de 1844, o governo cabralista obrigou toda a imprensa a reiniciar o seu processo de inscrição e licenciamento, impondo novas regras e condições para tal fim, como forma de silenciar certos órgãos. O projeto de Herculano esgota-se em 23 de dezembro de 1843, aparentemente por dificuldades financeiras da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, patrocinadora da publicação. O *Panorama* só retoma sua publicação em 5 de novembro de 1846, não mais sob o controle desse historiador. Entre os periódicos mais vinculados à questão política, as dificuldades eram ainda maiores. Rodrigues Sampaio, importante jornalista político do período, recusou-se a proceder à reinscrição e *A Revolução de Setembro* passou a ser publicada na clandestinidade, chegando Sampaio a ser preso no Limoeiro em 1846, pouco antes da Maria da Fonte<sup>2</sup> levar à queda do governo. Enquanto isso, esforçando-se para manter uma áurea de neutralidade política, a *Revista Universal Lisbonense* segue sendo publicada. Esse foi um dos muitos esforços que Castilho empreendeu. De fato, sem isso, todos os outros teriam sido em vão, pois se correria o risco de suspensão da publicação.

A *Revista* vinha a público, normalmente com doze páginas, às quintas-feiras. Seguiu assim de 1 de outubro de 1841 a 1859 (o tomo XII, de 1857 a 1859, sofreu várias interrupções e mudanças de formato<sup>3</sup>). Projeto do clã dos Castilho, essa publicação sofreu importantes transformações quando sua redação passou de Alexandre Magno de Castilho para o irmão António Feliciano. A primeira alteração é visual. As letras e colunas rebuscadas dão lugar a um tipo mais simples e fácil de ler logo no primeiro número de 1842. Além disso, apenas então encontramos na *Revista* o primeiro prólogo de A. F. de Castilho, que vinha sendo publicada sem palavras da redação sobre seu projeto. O longo título, *Revista Universal: Chronica Judicial, Artistica, Scientifica, Litteraria, Agricola, Commercial e Economica de Todo o Mundo*, que apresentava todos os assuntos que poderiam figurar no jornal, dá lugar ao mais curto e comercial *Revista Universal*. Contudo, apenas em março a reforma será mais ampla. Os leitores não foram pegos de surpresa. O novo projeto foi apresentado na edição do dia 10 daquele mês. No dia 17, comunica-se que o nome será alterado para aquele com o qual ela ficou conhecida: *Revista Universal Lisbonense*<sup>4</sup>, alterando o subtítulo para *Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios* na encadernação do primeiro volume. Em 24 de março de 1842 é já uma nova revista, com novo tipo, uma mancha maior no papel, divisão de assuntos e impresso em nova tipografia, saindo da Typ. da Viuva de J. A. da S. Rodrigues para abrigar-se na Imprensa Nacional<sup>5</sup>. A própria numeração é alterada, passando a n.º 24 (1.º da 3.ª série) após ter sido numerada de 1 a 14 sob redação de Alexandre Magno de Castilho e novamente de 1 a 10 em 1842<sup>6</sup>. Junta-se a isso a

mudança que deve ter sido a principal arma para o sucesso da *Revista*: a partir de então, passaria a publicar também literatura; o que certamente atraía a atenção da maioria de seus leitores. Isso não quer dizer, contudo, que António de Castilho não tivesse participação ativa na edição da *Revista Univesal* antes de assumir a redação. Inclusive, ele já trabalhava para captar colaboradores para o projeto familiar. Em carta de 27 de setembro de 1841 a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, bibliotecário de Évora com quem mantinha correspondência desde a produção dos *Quadros Históricos de Portugal*, Castilho explica o que será a *Revista* e convida o amigo a participar:

o mais fresquinho, que trago entre mãos, é a collaboração de um novo jornal semanal de 12 paginas em quarto, intitulado *Revista Universal*, e redigido por meu irmão Alexandre. O prim.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> ha de sair no prim.<sup>o</sup> de Outubro: este papel é tudo quanto ha, menos politica, frioleiras, e mentiras; creio que em dizer politica, já tinha dito tudo o mais: é um noticiador de quantas novidades em Portugal, ou fóra de Portugal forem occorrendo, que mereção de ser sabidas; descobrimentos em sciencias; inventos em artes ou officios; melhoramentos em agricultura; crescimento na industria; [...] Temos já um par de ajudadores e bons, mas para fartar um Minotauro d'estes são precisos muitos athenienses e de chorume, como poderia logo V. S.<sup>a</sup> escapar-lhe? (CASTILHO & RIVARA, 1941, p. 33).

Apesar de toda essa mudança de estilo levada por António Feliciano, o que a antiga revista de outubro de 1841 trazia de novidade manteve-se: a chamada por notícias. Os primeiros números imprimem na primeira página a mensagem "A redacção da REVISTA UNIVERSAL acceita, agradece, e publica toda e qualquer noticia fidedigna e interessante, que lhe seja enviada, mórmente as de que possa resultar crédito, instrucção, ou outro qualquer aproveitamento para Portuguezes".

Esse clamor pela participação dos leitores mantém-se na revista de António Feliciano, que, em seus prólogos editoriais, vai ressaltar o quanto isso é importante e lamentar-se de não receber um número maior de notícias. Apesar do *Lisbonense* do título, Castilho empenhava-se por fazer o jornal chegar a cada vez mais lares da província, aumentando seu público. Os assuntos, portanto, deveriam interessar também aos leitores do interior do país. Por isso, a primeira página passou a trazer a inscrição: "Roga-se aos Leitores das Provincias que comuniquem os acontecimentos dignos de publicidade".

De qualquer forma, as notícias eram apenas uma das partes do jornal. Para tentarmos compreender o papel dessa revista para António Feliciano, podemos deter-nos um pouco em seus prólogos. Nesses textos ele tenta explicar o que é a imprensa periódica e, mais do que isso, como age a *Revista Universal Lisbonense*. O poeta Castilho buscará então várias imagens para descrever sua revista e o trabalho do periodista. Os temas variam. Se a república das Letras é um estado, a imprensa periódica são as galés onde trabalham os forçados (*RUL*, I, n.<sup>o</sup> 1[15],

06/01/1842, p. 1). Ao mesmo tempo, a *Revista* é a mesa redonda onde todos têm assento. Na grande montanha da imprensa mundial, a portuguesa fica em suas faldas, cuja terra é irrigada pelo rio da *Revista Universal*, onde mercadores vão negociar sua produção, às suas margens num momento, em pequenos barcos, como numa feira fluvial, noutra. Assim, navegando em uma dessas barças, atracaremos nesses editoriais em busca das especiarias e fazendas ali negociadas.

Como n'aquellas grandes feiras fluviaes, que na China viu o nosso Fernão Mendes, onde, em barças arruadas e com muitas invenções de toldos e bandeiras, se vendem todas as coisas a *que se pôde pôr nome*, sem exceptuar os livros de todo o vario sabor, e os idolos, e mais coisas concernentes a suas gentílicas seitas, assim aqui os interesses moraes, religiosos e eternos teem sido grangeados *a la par* dos sensiveis e morredoiros. Porque se entendeu: geralmente n'este mercado, – e quasi todos os que a ele vem confessam já; – que a civilisação das famílias e a illustração da geração nova e das futuras pelas mães, eram materias de tamanho tomo, que se não havia de perder lanço de soltar nos ares palavras de crença e bom conselho, que as feirantes levassem para suas cazas, para devagar e a seu tempo lhes germinarem lá e darem o seu fruto. Por isso nós e quantos aqui concorrem com suas fazendas, havemos sempre diligenciado pôr ao alcance, e adubar para os paladares das espôsas e mães [...] as noções moraes e religiosas, que hoje ninguem pelo commum professa n'esta desatadissima sociedade. (*RUL*, III, n.º 1, 24/08/1843, p. 2).

Este trecho do prólogo do volume III traz em si muitas questões importantes. Podemos começar pela bela visão, ao mesmo tempo poética e modernamente crítica, de imprensa periódica como uma feira fluvial, como as do oriente, onde cada um tem seu pequeno barco com sua produção e ali a põe à venda. Os intelectuais da primeira metade do século XIX foram os primeiros em Portugal a precisar pôr no mercado suas produções e tentar viver do trabalho intelectual. Walter Benjamin, em “Paris do Segundo Império”, analisa a imprensa francesa no século XIX e aponta que “difícilmente a história da informação pode ser escrita separando-a da corrupção da imprensa” (BENJAMIN, 1989, p. 24), justamente por essa necessidade de o jornal de se manter no mercado editorial.

A preocupação de Castilho no trecho acima é conseguir vender às famílias uma série de princípios e valores perdidos que, a seu modo de ver, contribuiriam na busca da felicidade. É mais um sintoma da revolta romântica anticapitalista, a busca de um mundo que se perdeu com a ascensão da burguesia e a revolução industrial, ao mesmo tempo em que atua no mercado. Como “ilustrar” as famílias e ainda resgatar os antigos valores da civilização? A. F. de Castilho, tal como Almeida Garrett, Alexandre Herculano e outros românticos, assume a missão educadora a ser desempenhada pelo intelectual na sociedade. Esse papel não cabia apenas à Literatura ou ao Teatro, mas também à imprensa periódica. Ele também pretendia que seus colaboradores compartilhassem desse princípio. Assim, para António Feliciano, o Cristianismo seria a fonte da

moralização do mundo, pois nele está a “trindade da alma humana, a fé, a esperança, e a caridade” (*RUL*, III, n.º 1, 24/08/1843, p. 2). É, pois, uma ideia conforme com a de Garrett, em *Viagens na Minha Terra*, que ataca os maus bispos e lamenta pelos frades não serem o que poderiam ter sido. É semelhante à de Herculano, que combateu o clero ultramontano português sem deixar de ver o Cristianismo como religião da liberdade e da fraternidade.

Para cumprir seu papel de formadora de opinião, a imprensa periódica precisava agradar os leitores. Isso traz uma série de dificuldades, apontadas repetidamente por Castilho. Afinal, a *Revista* buscava atender a um público variado, com gostos e objetivos distintos. O redator dirá que é mais fácil redigir qualquer outro tipo de periódico. Os especializados em determinada área, como Medicina ou Direito, teriam um público próprio. O jornalista político defende opinião semelhante às de seus leitores, pois conhecem “os paladares e estômagos dos para quem trabalha” (*RUL*, I, n.º 1 [15], 06/01/1842, p.2). Quando se tenta agradar a todos, corre-se o risco de receber várias reclamações, tal como acontecia com ele. Reclamava Castilho: “a respeito de assinantes de jornaes instructivos disse o Espirito Santo, que o seu numero era infinito – mas isto precisa de commentario [...]: – é infinito para exigir, censurar, reprehender, [...] mas para ajudar, e , principalmente, para pagar é limitadissimo” (CASTILHO & RIVARA, 1941, p. 46). E era preciso buscar um número maior de leitores, uma vez que poucos eram alfabetizados em Portugal. Nesse espectro pequeno de possibilidades, era difícil contar com um público especializado. Em alguns prólogos, Castilho comenta que a redação recebia cartas cobrando atitudes opostas, como mais artigos sobre Direito, com informações detalhadas, enquanto outros escreviam para comunicar que não lhes interessavam ações legais; uns queriam artigos maiores, outros textos mais curtos e variados; uns concordavam com a defesa de certa opinião, outros não queriam nem saber de tal discussão. Isso pode ter sido a motivação para as mudanças que A. F. de Castilho, com o tempo, introduziu na revista, como podemos notar no trecho abaixo:

Mas um jornal do genero d’este nosso, é de todas as galés, a mais pesada, e a mais galé; e por isso, ainda ninguem antes de nós, ousara commeter neste reino uma tal redacção. Um jornal só de interesses positivos; um jornal que só ensina e aconselha, mas não ri, não se assenta a contar novellas, ou envernizar, e dourar vaidades; que, se entretém, é só pela estranhesa, e variedade, dos inventos uteis que apresenta; que não desdenha, nem as minimas conveniencias do lavrador, do artifice, ou da mãe de familias boa ecónoma; que tem por dogma, que só pela transformação progressiva de todas as molleculas sociaes, e não pelas revoluções, se aperfeiçoam, e felicitam os povos; um jornal que antes quer aquecer do que luzir; crear e aviventar, do que divertir e entorpecer; um jornal em summa, que por todos incançavelmente se desvêla, é logo, por sua mesma natureza, um papel futil para a grande maioria dos que sabem ler, ou soletrar, e muito mais ainda nas cidades, do que nos campos, na capital do que nas provincias, nos palacios, do que nas cazas means. Isto, que a razão nos devêra ter logo de principio prophetisado, hoje nol’o tem já demonstrado a experiencia. (*RUL*, I, n.º 1 [15], 6/1/1842, p.2).

Como podemos perceber nesse trecho do primeiro prólogo da *Revista*, é a partir da experiência na percepção do gosto dos leitores que transformações eram feitas na estrutura da *Revista Universal*. A proposta publicada em agosto de 1841 era a de criar um periódico para a ilustração, não para o divertimento. Apenas três meses após este longo excuro, na reorganização estrutural que esse periódico sofre, uma das partes passa a ser a de variedades, que compreenderá “todos os generos de cousas agradáveis, preferindo sempre as que ao agrado reunirem o proveito” (*RUL*, I, n.º 9 [23], 10/3/1842, p.99), para ser lido por todos e todas. Esperava-se, assim, atrair mais leitores para os “conhecimentos úteis” que se pretendia propagar. Castilho acreditava no futuro de Portugal. O empecilho eram justamente os que não compartilhavam desta fé. A Imprensa tinha para ele, portanto, uma missão: deveria ser o remédio que operaria o milagre de acabar com essa superstição, segundo António Feliciano de Castilho, de que o mal de Portugal é incurável. Parte desse remédio encontrava-se na seção de “Comemorações”, tratada com diligência e antecedência por Castilho. O colaborador inicial dessa coluna era o Silva Túlio, mas logo Castilho busca apoio de outro literato, o mesmo que o ajudara na composição dos *Quadros Históricos*. Quando J. H. C. Rivara oferece-se para finalmente ter uma colaboração assídua, Castilho encaminha-o para o lugar de Túlio. “Esta parte é essencial porque se prometeu [e] se tem seguido sem interrupção: é difficil porque pende de conhecimentos e investigações historicas, e é melindrosa porque se não fôr escripta com graça degenera em secatura” (CASTILHO & RIVARA, 1941, p.41), indica o redator em carta de 29/05/1842. Queria ele “alguns artiguinhos commemorativos; [...] artigos antes curtos do que extensos; antes de commemorações moraes do que ociosas; antes de prazer ou gloria do que de vergonha ou tristeza porque n’esta parte ao menos é bom mandar bugiar o romantismo” (CASTILHO & RIVARA, 1941, p.41). Para Castilho, o romantismo olhava tristemente para trás, quando o necessário era olhar para frente. É isso, claro, mais uma das más interpretações que ele faz do que significava romantismo, associando-o com um desejo de retorno passadista e com a tristeza.

Assim, entendia Castilho que a *Revista* lançava a boa semente, como na parábola bíblica. A esperança era que caísse em alguma boa família de lavrador ou de artífice, e isso traria bom resultado. A escolha de famílias dessas classes não era gratuita. Observando o rol de conhecimentos úteis propagados, podemos perceber que, se não são relatos de inventos estrangeiros para que os tais artífices os copiassem, são, em sua maioria, informações úteis para a agricultura. Portugal vivia a modernidade como algo que acontecia longe, no centro da Europa. Apenas seus reflexos e notícias chegavam ao país majoritariamente rural. Assim, muito mais do que a ideia romântica de que a cidade é o lugar dos vícios e torpezas enquanto o campo é puro e verdadeiro, há uma defesa da agricultura como mola propulsora da economia portuguesa e do desenvolvimento do país. Portugal cresceria, tanto econômica quanto moralmente, com a modernização e valorização do campo e das práticas agrícolas. É a ideia que mais tarde Castilho

desenvolveria mais extensamente em outro periódico, *O Agricultor Michaelense*, cujos artigos foram reunidos em volume no *Felicidade pela Agricultura*. Num país majoritariamente analfabeto, como chegar a um público alargado? Ribeiro, ao discutir o papel do *Panorama* como periódico científico e literário, aponta que seu público seria “necessariamente limitado a uma elite intelectual” (1995, p. 68). José-Augusto França alerta que “na província e no campo, esta situação era ainda mais grave”, mas ressalta: “não esqueçamos que os jornais eram, nessa altura, lidos em pequenas ou grandes reuniões, nos cafés e nos clubes políticos” (1993, p. 169), ao menos na cidade. Castilho, tendo vivido na aldeia, na Serra do Caramulo, sabia muito bem como alcançar os analfabetos das freguesias mais distantes do país. Sua tão criticada campanha de solicitar aos bispos que recomendassem aos párocos a assinatura de seu periódico era a forma encontrada para divulgar, a partir daqueles que mais provavelmente saberiam ler e compreender as ideias da *Revista*, os padres, seus ideias entre a população campesina.

Apesar dessa predominância do tema agrário para os “melhoramentos materiais”, havia uma gama de assuntos que eram apresentados e discutidos na “feira fluvial”. Esses conhecimentos vinham ou da tradução de artigos publicados em periódicos estrangeiros ou enviados por leitores e colaboradores de todo o país. Tal como já apontamos, a escolha do repertório e sua apresentação levantou críticas no público da *Revista Universal Lisbonense*. Alguns artigos começavam discussões que se estendiam por vários números, com cartas dos leitores, respostas dos colaboradores, novas epístolas e assim por diante. Havia comentários sobre a validade de determinado conhecimento, sua originalidade e, inclusive, sua nacionalidade. Afinal, a questão do patriotismo movimentava os discursos da época, não só em Literatura e Política mas também em questões mais práticas. Com tudo isso, Castilho acreditava que: “Na collecção d’estes volumes se achará enthesourada, e massiça, quando algum dia os percorrerem, a chronica dos verdadeiros progressos que a sociedade humana em geral, e em particular a sociedade portugueza, houverem feito” (*RUL*, I, n.º 1 [15], 6/1/1842, p.4).

Essa crônica dos progressos não está, obviamente, apenas na descrição de melhoramentos tecnológicos. Observando as secções de notícias e de variedades, podemos entender melhor como, aos olhos de Castilho, a sociedade progredia. Como já notamos, há um pedido constante por notícias. Afinal, é com esses fait divers que o ar de novidade e de crônica transparece no jornal. As mais interessantes eram as sobre Portugal. Não eram, em alguns casos, simples relatos. A. F. de Castilho tentava romancear algumas informações que recebia, transformando meros acontecimentos da vida privada em pequenos contos e crônicas. É o caso, por exemplo, do homem da província que matou com sua foice a própria esposa, mãe de seus cinco filhos, após ela lhe ter levado o almoço: “o monstro via-se andar vacillando entre a



horrenda lucta do seu bom com o seu máu anjo” (RUL, I, n.º 28, 14/4/1842, p.335). Ou o caso do pintor que se passou por comerciante de trigo comprado com moedas falsas feitas de barro (RUL, III, n.º 20, 4/1/1844). Ou mesmo o da jovem doente que se jogou da janela de sua casa em Lisboa, pois, “cancro que mina as entranhas da alma, não valem remedios terrestres a estirpal-o, e para quem assentou em morrer, os proprios balsamos se-lhe-podem transformar em venenos” (RUL, I, n.º 25, 24/3/1842, p. 297).

Ainda atentos aos indícios do que se passava na sociedade portuguesa, vemos que, ao fim do primeiro ano de existência da Revista Universal Lisbonense, surge em suas folhas o segundo prólogo, em setembro de 1842. O “timoneiro ao leme” conta-nos que seu navio teve quase sempre os ventos pela proa. Relata dois modos diferentes desta “balandra” fazer seu tráfico de mercadorias: os conhecimentos úteis, como já se fazia antes; e os novos conhecimentos. Destes, Castilho ressalta os de trato científico, literário, moral e religioso. Assim, como previsto:

Logo seguiu concurso maior, e de toda a casta de pessoas, ao nosso mercado; e podermos, de envolta com as fazendas mais lustrosas e garridas, dar vazão a essoutras macissas, que sem isso nos-apodreceram no porão: assim que ajudando-se umas a outras, e todas ao nosso credito lá se-foram consumindo pelas terras adentro, não sem algum e confessado proveito dos compradores. (RUL, II, n.º 1, 22/9/1842, p.1).

Realmente, o mercado aumentou. Se, no segundo tomo, isso ainda não era tão claro, a partir do terceiro, a ampliação dos locais onde era possível assinar-se a *Revista* mostra também uma ampliação de seu alcance. Logo no primeiro número do terceiro volume avisa-se que também aceitam assinaturas no Porto, em Coimbra e em Faro. No décimo segundo exemplar desse tomo foram incluídos Braga, Madeira, Terceira, S. Miguel e, também, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará. Próximo do fim do tomo já é possível assiná-la também no Faial e em Pernambuco. Aparentemente, a venda da *Revista Universal*, com a permanência de Castilho na redação, dinamizou o lado empresarial da publicação, o que não tinha sido alcançado quando esta pertencia aos irmãos Castilho ou a Ignacio de Vilhena Barbosa, como suscita o comentário de Nunes:

Em França, ou em Inglaterra, os intelectuais, desejosos de intervirem formativamente na sociedade portuguesa, tomaram contacto muito directo com duas vertentes complementares da cultura europeia liberal da altura. As questões dos sistemas de educação e instrução nacional e o papel difusos e formativo dos periódicos que deveriam derramar “luz”, “ciência”, “civilização”, “progressos” no universo das mentes liberais dos cidadãos de 1834...! Faz, então, sentido que o jornalismo instrutivo se convertesse também em empresas comerciais ou empresas proprietárias/editoras, como o caso da Revista Universal Lisbonense, pertencente aos irmãos Castilho (NUNES, 1989, pp. 16-17).

A mudança de administração da empresa só é evocada pela folha quando anunciam Seabra como administrador, apesar de a propriedade da *Revista* não ser mais dos irmãos Castilhos no segundo tomo. É Júlio de Castilho quem conta que, em 15 de setembro de 1842, com o último número do primeiro tomo, os irmãos Castilho cedem a propriedade da *Revista Universal Lisbonense* a Inácio de Vilhena Barbosa (CASTILHO, 1894, p. 783). O penúltimo número do segundo tomo (10/08/1843) já comunica que o administrador da *Revista* é o sr. Manuel Maria Correa Seabra, o que ocasiona a mudança de endereço da tipografia e da redação, que passa para a rua dos Fanqueiros, sendo, então, a mesma da *Gazeta dos Tribunaes*. Essas alterações no controle da “empresa” *Revista Universal Lisbonense* e de seus administradores parecem ter consequências não só na distribuição da publicação e sua venda, mas também nas atribuições do redator.

A venda para Vilhena Barbosa procurou preservar direitos e garantias aos Castilhos<sup>7</sup>. Os irmãos José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, “Consul geral de Portugal em Hamburgo”, e Antonio Feliciano de Castilho, “litterato”, passam a empresa “desd’o começo da sua publicação”. Porém, os quarenta e seis primeiros números até então publicados e ainda existentes em depósito ficam pertencendo ainda a José Feliciano de Castilho, que não poderia vendê-los a outrem senão ao novo proprietário, que deveria pagar por eles mil e oitocentos réis por coleção de quarenta e seis exemplares ou trinta réis por número avulso. Assim, José Feliciano receberia algo pelo trabalho já realizado, além dos valores já pagos pelas assinaturas existentes até o fim do tomo, arcando Vilhena com a produção dos dois números restantes. O novo empresário deveria ainda dar ao irmão cônsul, enquanto durasse o jornal, “doze exemplares de cada numero”. As condições atribuídas ao irmão literato parecem indicar que ele, na sociedade até então existente, tinha contribuído mais com o trabalho do que com o capital, pois não recebe nada pela venda dos volumes já publicados, mantendo apenas seu trabalho como redator e a propriedade literária de sua produção. Castilho receberia a pensão anual de seiscentos mil réis em mensalidades de cinquenta mil réis e ficaria obrigado a continuar a “redacção do dicto jornal, como ate aqui; conservando todos os encargos relativos á dicta redacção, como por exemplo: revizão de provas, correspondencia relativa á mesma redacção, etcetera”. O redator só poderia fazer outro uso de seus textos um ano após a publicação no periódico. Tanto Castilho quanto Vilhena mantêm a liberdade de deixarem a redação ou a empresa, respectivamente, mas só podem fazê-lo ao fim de cada volume de quarenta e oito números. António Feliciano mantém apenas o poder de não aceitar outra redação concomitante com a dele e de aprovar a mudança de redator se ele sair da revista, com a pena de o periódico ter de mudar de nome caso ele não aprove seu substituto. Imaginamos que os mesmo termos de direitos e deveres tenham se mantido nas sucessivas transmissões de propriedade da empresa da *Revista*. Vilhena só vende a publicação ao fim do segundo tomo e alterações no redator só ocorrem em fim de volume. A

situação, entretanto, complica-se quando o controle da empresa é passado aos advogados setembristas António Gil<sup>8</sup> e António Maria Ribeiro da Costa Holtreman<sup>9</sup>, proprietários da *Gazeta dos Tribunaes* desde 1 de julho de 1842 (CHORÃO, 2002, pp. 105-115). Quando da primeira mudança de proprietários, António Feliciano escreve aliviado a Cunha Rivara, em 12/09/1842:

A Revista está finalmente salva do eminente perigo de vida em que laborou por falta de boa administração. Transferiu-se a propriedade d'ella para mãos activas e intelligentes; e eu fiquei redactor. Espéro em Deus e no auxílio dos bons am.<sup>os</sup> como V. S.<sup>a</sup> que a-havemos de fazer limpa (CASTILHO & RIVARA, 1941, p. 47).

Além do próprio trabalho de redator, outros mais abrangentes acumulavam-se às suas funções, como o de captar assinantes. É por isso que, ao fim do segundo tomo, em 2 de agosto de 1843, escreve ele mais uma vez ao bibliotecário de Évora:

Esteve a nossa Revista com os padres á cabeceira para acabar os seus dias d'aqui a duas semanas, isto é quando findasse o 2.<sup>o</sup> volume. [...] quando os emprezarios e redactores da Gazeta dos Tribunaes se me ofereceram para a tomar abonando-me pela continuação de minha redacção a mesma mezada de 50\$ réis, que até agora tenho recebido. Uma clausula unica poem elles á ultimação d'este contrato, e é que lhes hei-de arranjar 150 assignantes mais que são necessarios, (graças á estupidez com q. o ultimo administrador afugentou mais de 500) para se chegarem a cobrir as despezas todas (CASTILHO & RIVARA, 1941, p. 52).

Os clientes, cada vez em maior número, que procuram determinada gama de assuntos acabam levando outros produtos no lote. Os colaboradores do periódico os carregadores das fazendas e seu chamariz, conforme a imagem que Castilho cria para sua revista. Ou seja, os mesmos que produzem o material que é publicado na revista são os que ajudam a vendê-la. Fácil é entender o porquê. Dentre os mais de noventa nomes e siglas arrolados como colaboradores nesse prólogo, é possível destacar nomes de grande prestígio na época, como os de: Alexandre Herculano, Almeida Garrett<sup>10</sup>, Mendes Leal, além do próprio Castilho e seus irmãos Alexandre Magno e José Feliciano. Haveria, portanto, “algum trecho de literatura mais amena”, como a redação diria no prólogo de 25 de julho de 1844. A *Revista*, com isso, passa a ser um importante órgão de divulgação de novas obras e novas estéticas, numa tentativa clara de Castilho de valorizar e incrementar a literatura portuguesa frente à francesa.

Seria realmente “amena” essa literatura? Se, dois anos antes, Castilho vangloriava-se de praticamente dobrar o espaço disponível na *Revista*, nesse momento uma nova modificação se fazia necessária. A secção de notícias sofre, então, alterações em seu conteúdo. As novidades políticas e os atos oficiais deixam de fazer parte do jornal. Além disso, o anúncio de novos livros e a crítica literária não seriam mais publicados. Essas alterações contradizem o histórico de Castilho na imprensa, uma vez que ele sempre pretendeu ampliar a divulgação cultural e buscar a verdade dos atos públicos por detrás das notícias de jornais.

Teria sido a retirada da parte política motivada pela nova lei de imprensa que obrigava os periódicos a se reinscreverem? António Feliciano esforçou-se sempre por criar um perfil apolítico, tanto para si quanto para a *Revista*. Em 1842, quando criticava a falta de fé em um bom futuro, assume que não pode desenvolver mais seu pensamento por medo de se deixar levar “no impeto da excursão até ás fronteiras da politica” (*RUL*, I, n.º 1 [15], 6/1/1842, p.3). Agora, diz que as novidades políticas estavam sempre muito resumidas em suas páginas, o que não era suficiente para sua compreensão, além de serem facilmente encontradas em periódicos políticos:

Os actos officiaes, como os nós resumiamos, tinham sim a vantagem de offerecer, a quem n’isso se interessasse, uma synopse desenfastiada, em um indice remissivo para irem por elle procurar o que lhes conviesse; mas também esta parte nos comia semanalmente mais espaço do que porventura valia, e como noventa e nove centessimos dos leitores a saltavam a pés junctos, só por um de cada cento poderá ser a nossa determinação desaprovada. (*RUL*, IV, n.º 1, 25 de julho de 1844, p.1).

De alguma forma, passou a não valer a pena o espaço. Perdeu-se o interesse na política governamental. Afinal, não era mais possível a discussão dos atos públicos durante o cabralismo, principalmente nesse momento de suspensão de garantias<sup>11</sup>, o que justificava que os leitores pulassem essa parte. O desinteresse parece ter surgido, no início de 1844, com a eclosão da Revolta de Torres Novas. A publicação de periódicos fora proibida, com exceção dos jornais científicos e literários. Até mesmo as publicações pró-governo, como *A Restauração*, redigida por José Feliciano de Castilho, foram suspensas. Mesmo o caso de periódicos de instrução, é importante observar que os principais, como a *Revista Universal Lisbonense* ou o *Panorama*, foram criados antes do pronunciamento de Costa Cabral. Nesse momento, a *Revista* assume publicamente que se identifica como exceção e que publicará, na sessão de Notícias, apenas o que sair no *Diário do Governo* “sem lhes acrescentar reflexão alguma” (*RUL*, III, n.º 26, 15/2/1844, p. 316). O que se vê em cada número, entre 8 de fevereiro e 7 de março, é um resumo das notícias sobre o andamento da revolta e a reação governamental. Na última publicação sobre esse assunto, fica claro que o governo, sem enfrentar definitivamente os revoltados, aguarda que se rendam pela fome, pois a Espanha passou a impedir o envio de suprimentos aos revoltosos pela fronteira – um relato que desmoraliza a vitória governamental. No mesmo período, é publicada a novela de António Pereira da Cunha com o sugestivo título de *O Governo nas Mãos do Vilão*. Com o corte do resumo do *Diário do Governo*, economizava-se espaço e evitavam-se aborrecimentos com a censura. É a *Revista* evitando mais ventos pela proa, como Castilho lamenta em sua despedida da redação:

Sobre o nosso capitulo das noticias, tambem por veses ouvimos sussurar censuras: queriam uns que dessemos conta dos principaes successos de todo o mundo. Tanto como elles o desejavamos nós, mas não havendo logar para tudo, sem rasão nos parecia deixar no escuro o de casa para memorar o de fóra, mórmente quando o de fóra em mil jornaes se regista e o de casa se omitta em quasi todos (*RUL*, IV, n.º 48, 19/6/1845, p. 588)

Não podemos ignorar, entretanto, a outra supressão. Não haveria mais críticas negativas a nenhuma obra, pois elas são levadas para o lado pessoal e, como “somos poucos e pequeninos; encontramos-nos todos duas vezes por dia”, numa crítica ao provincianismo da capital portuguesa. Todavia, continuar-se-iam a publicar impressões sobre as obras, desde que fossem positivas e elogiosas. Em vez de opiniões que possam criar desavenças, o silêncio. É munição para as futuras críticas da Geração de 70. É, contudo, uma mudança de postura, pois confessava:

No largo decurso d’esta redacção, que já dura ha quasi tres annos, e, fora d’ella, em tudo o que havemos escripto n’outros periodicos, ou em livros nossos, e sempre nas conversações litterarias, que folgamos de ter com os nossos amigos intimos, temos procurado com severo escrupulo fazer a critica litteraria com verdade e lisura, sem amor nem odio; mais com a mira no aproveitamento alheio do que armando rede para pescar lisonjas e favores, com que os indevidamente lisonjeados e favorecidos não deixam ás vezes de pagar a vileza de um escriptor sem consciencia. Podemos e havemos de ter errado: – não dependia isso de nós: – o que de nós dependia, era o não mentir: – NÃO MENTIMOS. (*RUL*, IV, n.º 1, 25/7/1844, pp.1-2).

Como o belo é algo que não pode faltar à obra de poeta, a preocupação com a estética da revista é constante. Entretanto, era dificilmente efetivada. Para caber cada vez mais texto, havia menos espaço em branco, menos divisórias e enfeites. Era uma revista “sem intervallos em branco para lisonja dos olhos” (*RUL*, IV, n.º 1, 25/7/1844, p. 5), como o próprio Castilho assume. O “peccado contra o belo” era pago com o “empenho de aproveitar mais, e servir melhor”. Apesar disso, dois novos projetos eram preparados no segundo semestre de 1844 para melhorar a estética da *Revista Universal*: adornar com gravuras o texto (como já fazia o *Panorama*) e, atendendo às solicitações de muitos assinantes, juntar às notícias a moda. Promessas do prólogo, que não foram completamente cumpridas. Algumas poucas gravuras começaram a aparecer, muito raramente ainda.

Verdadeiro “ajuste de contas” foi a despedida de Castilho da *Revista Universal Lisbonense*. No dia 19 de junho de 1845, numa edição com dezoito páginas, deseja melhores ventos e fortuna ao que assumir o leme da revista. Fará, entretanto, uma “carta de mareação com os principaes baixios e portos assinalados” (*RUL*, IV, n.º 48, p.587). Informa que todas as transformações pelas quais passou a folha não foram fortuitas, mas reformulações refletidas sobre o que ouvia de críticas e o que lhe dizia a experiência.

Uma das primeiras transformações que António Feliciano levou à *Revista* foi a inclusão das “variedades” ao lado dos “conhecimentos úteis”, objetivando cativar mais leitores. Portugal comportaria mais do que lhe era oferecido? Castilho, que tantas vezes criticou a falta de fé no futuro de Portugal, conta que, olhando para o estado de sua terra, preferia tratar de assuntos mais práticos, como o fabrico do azeite, do vinho e da manteiga, da navegação dos rios, e da educação da infância. Lamenta não terem podido comprovar todas as informações que publicava, mas espera que tenham sido úteis às famílias desde o Algarve até Trás-os-Montes.

O capítulo de notícias também não era isento de críticas. Muitos queriam que se relatasse tudo o que se passava pelo mundo. Como não havia espaço para mais e como as notícias estrangeiras eram já copiadas por vários jornais, além de estarem também disponíveis nos periódicos estrangeiros que chegavam a Portugal, havia a preferência por notícias locais. Até porque,

um successo de menor vulto maior parece e mais interessa, quanto mais perto nos ocorre em logar e tempo. Os feitos perigrinos para pouco mais servem que para a curiosidade, emquanto os conterraneos são muito para a curiosidade e muito mais para exemplo, precaução e documento. (*RUL*, IV, n.º 48, 19/6/1845, p. 588).

A experiência de Castilho na direção da *Revista Universal Lisbonense* fez com que ele percebesse o mesmo que, segundo Benjamin (1994), Villemessant, editor do *Figaro* a partir de 1854, percebera. O saber que vem de longe importa menos aos leitores do que a informação sobre acontecimentos próximos. Isso porque a informação aspira a uma verificação imediata e precisa ser plausível e completamente compreensível. A fórmula de Villemessant era que para seus leitores um incêndio no Quartier Latin era mais importante do que uma revolução em Madri. E em Lisboa não faltavam acontecimentos graves a serem noticiados, sobretudo incêndios, e estes eram aproveitados pela redação. O maior de todos talvez tenha sido o do edifício que abrigava a Escola Politécnica em 22 de abril de 1843. A notícia ocupou mais de duas páginas e meia no número imediato ao acontecido (*RUL*, II, n.º 32, 27/4/1843). O evento realmente parou a cidade:

Ao toque dos sinos rapidamente comunicado de campanario em campanario até os extremos da cidade, á vista da assombrosa columna de fum, que dlalli se levanta aos céus [...] confluem de toda a parte – além das bombas, artífices e tropa obrigados pelo seu dever – um grande numero de voluntarios, cidadãos decentes, e de representação, membros do corpo legislativo e do governo, magistrados, militares, lentes e estudantes, assim das eschólas ameaçadas das chammas como de outras, finalmente a tripulação de quantos navios nacionaes e estrangeiros surtos n’esse Têjo haviam de lá contemplado no alto da cidade aquelles rôlos de fumo negro, que, torcidos, espedaçados, e abertos em grandes florestas de nuvens, denunciavam, que ajudado do vento impetuososo do nordeste, o fogo, não só poderia em breve engolir o edificio, que o borboletava, mas algum largo tracto da povoação contígua e subjacente (*RUL*, II, n.º 32, 27/4/1843, pp. 399-400).

O primeiro impulso foi o civilizacional, defendendo a reconstrução imediata da Escola e utilizando para isso o dinheiro recolhido para que se construísse um monumento a d. Pedro IV. Foi uma longa batalha na imprensa, incluindo artigos de Alexandre Herculano respondendo os ataques vindos do *Espectador* e do *Correio*. Afinal, a própria ideia de se honrar o imperador com uma estátua já havia sido combatida pela *Revista Universal Lisbonense* antes mesmo do incêndio. Argumentava Castilho: “mandae para os intermundios dos sonhadores esses pêsos inuteis da terra, esses classicismos ridiculos de romanos, essas columnas de 200 contos” (*RUL*,



II, n.º 32, 27/4/1843, p. 401). O redator defendia um monumento “que vê, que ouve, que falla, que sente, que produz, cujos loiros são vivos, crescentes, fructiferos, e de cujos seios brotam manaciaes inexauriveis de luz, de civilisação, de prosperidade” (*RUL*, II, n.º 32, 27/4/1843, p. 401). Contudo, esse não foi o único incêndio de Lisboa e vários, com ou sem vítimas, eram noticiados e serviam de mote para outros textos da *Revista*. Silva Leal, por exemplo, abre sua série de artigos sobre tecnologia falando de “edifícios incombustiveis” (*RUL*, II, n.º 40, 22/6/1843). O administrador da empresa, Manuel Maria de Seabra, chegou a inventar um conjunto de aparelhos para resgatar as pessoas de edificios em chamas. O “salva-vidas para incendios” (Fig. 1) ilustrou a primeira folha da *Revista* de 20 de fevereiro de 1845, seguindo-se uma elaborada descrição do mesmo e da simulação que fizeram no próprio prédio da redação na Rua dos Fanqueiros. Como não poderia deixar de ser, o aparelho estava à venda e fora anunciado no mesmo número.



**Fig. 10 – “Salva-Vidas para Incêndios” proposto por Seabra.**

Voltando à despedida de Castilho da redação. Ao deixar o navio, António Feliciano pergunta: “foi a obra, que deixamos cerrada, merecedora de louvor? ou de reprovação?” (*RUL*, IV, n.º 48, 19/6/1845, p. 588) Mais uma vez com pouca modéstia, assume que não há porque não haver louvor numa obra para onde convergiram tantos talentos. Por que, então, abandonar a redação? Em mais uma carta a Cunha Rivara, datada de 3 de abril de 1845, o poeta dá indícios do que se passava: “os empresarios que á força de vilanias e indecencias me obrigaram a mandal-os ao diabo, e que podiam tomar por divisa em campo doirado de uma taboleta de dentista francez o verso do nosso Filinto, *Eu não armo ao louvor armo a dinheiro*” (CASTILHO & RIVARA, 1941, p. 59). Ora, não sabia Castilho que os interesses de um empresário incluem o lucro? Quando Holtreman e Gil compraram a publicação, Castilho concordara em conseguir novos assinantes, e deve tê-lo conseguido, uma vez que a empresa continuou por dois tomos sem alteração na redação. O que mais desejariam os dois advogados proprietários da revista? Ou seria António Feliciano que desejaria receber mais por seu trabalho e o pedido de aumento lhe fora negado?

Demonstrando rancor, A. F. de Castilho solicita duas coisas ao amigo de Évora: que não colabore com a nova redação, seja ela qual for, e que indique a seus conhecidos que cancelem suas assinaturas da *Revista Universal*. É a tentativa de criar sérias dificuldades editoriais aos empresários que fizeram com que ele largasse a redação. J. H. C. Rivara não pôde atender aos desejos de Castilho. Ele também era amigo dos proprietários e já havia assentado em continuar contribuindo. Pelo visto, tanto o redator quanto Holtreman e Gil apressaram-se a escrever aos assinantes e aos colaboradores.

António Feliciano tinha um trunfo, ele era o único que sabia a verdadeira identidade de *Uma Obscura Portuense*, que colaborava com textos sobre os costumes do Minho no quarto tomo. Todavia, apesar de ter prometido não revelar quem era, Castilho acabou por publicar o nome de Maria Peregrina de Sousa no rol de colaboradores do último volume ao findar o tomo. Antes disso, contudo, os empresários já tinham contactado a senhora do Porto, como se vê na carta de Castilho a ela em 4 de julho de 1845:

Nem sequer posso presumir como os traficantes da *Revista* souberam já a 3 de Junho o nome de V. Ex.<sup>a</sup>. O que eu posso afirmar, é que não fui eu quem o revelou; não o conseguiriam elles por via do seu correspondente no Porto? Consta-me e sei de certo que elles desesperados por não poderem tirar nada de mim, disseram que pelo Porto o haveriam de alcançar: enfim seja o que fôr, o que me consola é que da minha parte não houve enfração de sigilo, nem indiscreção alguma em tal materia (PT/ANTT/Coleção Castilho/ Cx 21 Ms 2 Doc 11(3)).



De qualquer forma, António Feliciano de Castilho não apenas lançou ao público o nome de Maria Peregrina de Sousa como pediu a ela que continuasse colaborando, não mais com a *Revista Universal Lisbonense*, mas com o jornal de seu irmão, *A Restauração*. Maria Peregrina anuiu, assim como outros colaboradores, de não mais contribuir para a redação da *Revista Universal*. Ela seguiu por algum tempo os interesses editoriais dos Castilho, chegando a ter seus poemas, contos e novelas publicados em 1848-1849, na revista *Íris*, fundada por José Feliciano de Castilho no Rio de Janeiro. Após a mudança na redação, a participação feminina na *Revista* diminuiu. Nos dois tomos sob Silva Leal, apenas se vê o nome de Maria José da Silva Canuto entre os colaboradores<sup>12</sup>.

Outro importante literato passa a ser um grande nome daquele periódico no volume seguinte, Almeida Garrett, não como redator, mas publicando integralmente *Viagens na Minha Terra* logo a partir do primeiro número sob Silva Leal. Apesar de ter sido interrompida durante a redação de Castilho, por motivos políticos, a narrativa garrettiana foi grande sucesso na *Revista* pós-Castilho. Alexandre Herculano também volta a colaborar, após ter interrompido o envio de seus textos por ter se desentendido com António Feliciano de Castilho.

Contudo, a redação de José da Silva Leal não foi feliz. A publicação foi interrompida entre 17/12/1846 e 05/08/1847. Ele abandona a *Revista* laconicamente ao fim do segundo tomo sob sua tutela. É Sebastião Ribeiro de Sá quem vai convencer Castilho a retornar à *Revista Universal Lisbonense*, após o ter elogiado no prólogo de abertura de sua redação. Claro que António Feliciano aproveitou o espaço reconquistado para divulgar suas próprias obras e, para efetivar o resultado, deveria de alguma forma restaurar o prestígio do periódico. Com ele, outros autores voltam a publicar em suas folhas, como João de Lemos, António da Silva Túlio<sup>13</sup>, e os irmãos Alexandre Magno e José Feliciano de Castilho. Sebastião de Sá teve que tornar pública a “permissão” do antigo redator:

Só depois de publicado o numero anterior da REVISTA, é que nos constou, que o Sr. Antonio Feliciano de Castilho, na mesma data em que se dignou escrever-nos, se dirigiu a varios dos antigos collaboradores deste jornal, pedindo-lhes, com empenho, que nos prestassem os auxilios, que mais de uma vez temos pedido a quantos se interessam pela gloria desta nossa terra (*RUL*, VII, n.º 10, 10/2/1848, p. 109).

Como vimos, após constantes reformulações, Castilho transformou, enquanto redator, a *Revista Universal Lisbonense* numa obra importantíssima, não apenas como retrato de uma época, mas também como difusora de literatura e veículo de discussão dos problemas nacionais. Seu valor não é só pelas grandes obras ali publicadas, mas pelo conjunto de seus textos, mesmo os não estritamente literários, como os prólogos e crônicas de Castilho. Também, apesar do

esforço de manter a *Revista* apolítica na aparência, os problemas do cabralismo eram ali apontados, ou na seleção das notícias transcritas do *Diário do Governo*, como no evento da revolta de Torres Novas, quanto na crítica presente na literatura ali publicada. Além disso, questionamentos sociopolíticos mais amplos eram ali discutidos, como as relações de Portugal com os demais países europeus, o problema da emigração, a destruição do patrimônio nacional, a violência, a pobreza, as ordens religiosas, o desenvolvimento da arte e da literatura e a relação entre o homem e a natureza. O trabalho de Castilho, como mostramos a partir de seus editoriais, mudanças na publicação e pelas cartas com alguns colaboradores, ia muito além da redação propriamente dita. Foi preciso estar atento ao mercado e à política, além de ter que se empenhar pessoalmente em assuntos que diriam respeito à administração da empresa. Para atingir seus propósitos, Castilho usou as estratégias do mercado editorial que ele tão bem conhecia por sua longa experiência na imprensa.

“Melhores ventos e fortuna lhe dê Deus” (*RUL*, IV, n.º 48, 19/6/1845, p. 587) – desejava Castilho ao próximo redator que se pusesse ao leme da *Revista*. Os dois que se lhe seguiram, José Mendes da Silva Leal e Sebastião José Ribeiro de Sá, realmente precisaram muito de melhor fortuna. Mesmo com o retorno de Castilho como colaborador e seu aval, a quantidade de escritores que contribuíam com a revista diminuiu consideravelmente, a ponto de a listagem deixar de ser publicada a partir do décimo tomo. Apesar de a *Revista Universal Lisbonense* ser publicada por longos anos, seus redatores não conseguiram, por motivos econômicos ou políticos, publicá-la sem interrupções.

## NOTAS

- 1 Optamos por abreviar o título como RUL para poluir menos o texto com referências.
- 2 Revolta popular ocorrida na primavera de 1846, no Minho, contra o governo cartista de Costa Cabral.
- 3 Mesmo que os últimos números tenham sido publicados sem indicação de data, ao lermos o último tomo do periódico – de difícil acesso mesmo em Portugal (apenas o encontramos na Biblioteca Pública Municipal do Porto) –, principalmente a seção de noticiário, percebemos que várias das notícias apresentadas nos últimos números daquele volume, nomeadamente a partir do 26, refletem acontecimentos que ocorreram em 1859, indicando, portanto, que sua publicação estendeu-se até aquela data.
- 4 O “Lisbonense” do título já havia aparecido no n.º 3 de 20 de janeiro, no n.º 7 de 24 de fevereiro, no n.º 8 de 3 de março, no n.º 10 de 17 de março de 1842.
- 5 O primeiro tomo foi publicado em várias tipografias. Até o número 24, na da Viúva de J. A. da Silva Rodrigues; entre os números 25 e 39, e o 44, na Imprensa Nacional; os seguintes, na Typ. Lusitana, com exceção do 42, na typografia da Gazeta dos Tribunaes. Os outros tomos a cargo de Castilho foram um pouco mais regulares quanto a este aspecto. O tomo II era impresso na Imprensa Nacional. Os tomos III e IV, na Imprensa da Gazeta dos Tribunaes.

- 6 Observando os dados referentes aos valores de assinatura, percebe-se que a proposta inicial era que os volumes tivessem 52 números, um ano inteiro. Quando a numeração é alterada, assumindo ser o n.º 24, há um aumento no valor da assinatura e a diminuição do tamanho do tomo. É, ao que parece, uma tentativa de tornar mais viável economicamente a publicação.
- 7 Essas informações foram recolhidas da escritura de contrato entre Inácio de Vilhena Barbosa, José Feliciano de Castilho e António Feliciano de Castilho presente no Fundo Instituto de Coimbra, subfundo Viscondes de Castilho, seção António Feliciano de Castilho, 1842, doc. 5, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- 8 Conta Luís Bigotte Chorão que António Gil, “em 1841 instalou banca de advogado em Lisboa passando algum tempo depois a partilhar escritório com António Maria Ribeiro da Costa Holtreman, instalando-se ambos na Rua dos Fanqueiros, n.º 82, 1.º andar, onde por muito tempo funcionou a redação da Gazeta” (2002, p. 108). No mesmo local passou a funcionar a redação da RUL após a compra da mesma pelos novos proprietários da Gazeta dos Tribinuaes.
- 9 No Elogio Historico que tece, M. V. Armelím Junior conta que Holtreman tinha “um grande respeito pela opinião, e a profunda estima pelo seu órgão – a Imprensa [...] a imprensa seria e digna; conscienciosa nos processos, e distinta no saber; scintilante, mas fina, na graça; vehemente, mas delicada, na lição” (1890, p. 31).
- 10 Essa preocupação de escolher grandes nomes para atrair público para a RUL esteve sempre presente. Em carta a Cunha Rivara, em 18/11/1841, Castilho comenta: “A Revista vai andando, e quanto a mim, bem. No n.º de amanha sahe um artigo do Herculano, para o seg.e espera-se um do Garrett – são dois colaboradores de levantar a espinhela a um jornal” (CASTILHO & RIVARA, 1941, p. 35).
- 11 “Em regime de cartismo cabralista, a primeira vez que se suspenderam garantias foi de 6 de Fevereiro a 23 de Maio de 1844 [...] devido à revolta de Torres Novas, iniciada em 4 de Fevereiro, com o levantamento do Regimento de Cavalaria nº 4, e terminada com a capitulação da praça de Almeida” (TENGARRINHA, 1989, p. 164).
- 12 Nos volumes sob redação de Ribeiro de Sá, apenas em 1850 há um nome feminino entre os poucos colaboradores, Catarina Álvares de Andrada.
- 13 O retorno de Silva Tulio à RUL foi acompanhado da publicação de uma carta ao redator, na qual conta que: “quando meu amigo e mestre, o Sr. Dr. A. F. de Castilho, intendeu que devia deixar a redação da REVISTA UNIVERSAL, cessou também o apoucado contingente que eu sempre prestára a este jornal, desde a sua criação. Glorio-me de haver mantido, inquebrantavel, este respeitoso testemunho de reconhecimento a quem tanto devo. / Agora porém que, a instancias de V., não só elle mesmo, como todos os antigos collaboradores da REVISTA, teem, tão valiosamente auxiliado os esforços de V., de muito boa vontade corresponderei ao honroso convite que também tive, fazendo quanto podér a bem de um jornal que se acha hoje redigido com tanto disvelo e estudo” (RUL, VII, n.º 28, 15/6/1848, p. 334).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ida F. “António Feliciano de Castilho: visitaçao a uma obra esquecida”. in: ALVES, Ida; CRUZ, Eduardo da. (Orgs.). **Para não esquecer Castilho: cultura literária oitocentista**. Niterói: EdUFF, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTILHO, António Feliciano & RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. **Cartas de António Feliciano de Castilho e de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara apresentadas por Luís Silveira**. Évora: Biblioteca Pública de Évora, 1941.

CASTILHO, Júlio. *Memórias de Castilho. Memórias de Castilho*. Livro IV (1841 a 1847). *O Instituto*, v. XLI, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894.

CHORÃO, Luís Bigotte. “Gazeta dos Tribunaes, Lisboa (1841)”. In \_\_\_\_ **O Periodismo Jurídico Português do Século XIX**: páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista. Lisboa: IN-CM, 2002.

FIGUEIREDO, Fidelino. “Sobre o genero bibliographico: Revista” in \_\_\_\_ **Estudos de Litteratura**: artigos varios. Primeira serie: (1910-1916). Lisboa: Livraria Classica Editora, 1917.

NUNES, Maria de Fátima. **O Panorama**: *jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Introdução, notas e selecção de textos por Maria de Fátima Nunes. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

**REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE**, Lisboa: 1841-1859.